

POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. OBJETIVO	3
3. COMITÊ DE RESPONSABILIDADE SOCIAL AMBIENTAL E CLIMÁTICA	3
3.1. Composição	4
3.2. Periodicidade	4
3.3. Principais atribuições	4
4. DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA COOPERATIVA	5
4.1. Conceito sobre Environmental, Social and Governance - ESG	5
4.2. Diretrizes Gerais	6
4.3. Diretrizes Econômicas	6
4.4. Diretrizes Sociais	7
4.5. Diretrizes Ambientais e Climáticas	8
4.6. Compensação de Carbono	9
5. ABRANGÊNCIA	10
6. DIVULGAÇÃO E REVISÃO	10
7. DISPOSIÇÕES FINAIS	11
ANEXOS:	12
1. OBJETIVOS	12
2. ABRANGÊNCIA E ESCOPO	12
3. COMITÊ DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA	12
4. Papéis e Responsabilidades	15
5. Remuneração	16
6. Suporte	17
7. Disposições Gerais	17

1. INTRODUÇÃO

Repensar o negócio através das atividades que realizamos e das decisões que tomamos é a base que tem nos direcionado para um futuro promissor. O Sicoob União dos Vales entende que, nas suas mais diversas áreas de relacionamento, é essencial manter o equilíbrio de ordem econômica, financeira, social e ambiental para a perenidade dos negócios da cooperativa, de seus associados e sua área de atuação. A viabilidade desse propósito torna-se possível quando há uma crença mútua, entre os valores definidos pela cooperativa e assumidos por seus públicos estratégicos, empregados, associados e demais envolvidos.

O conceito de sustentabilidade tem sua origem relacionada ao termo “desenvolvimento sustentável”, sendo aquele que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprirem suas próprias necessidades.

Neste contexto, é essencial o estabelecimento de princípios e compromissos a serem cumpridos pela cooperativa através do engajamento com o propósito sustentabilidade e uma cultura de valorização desse conceito em todas as decisões da administração.

O Sicoob União dos Vales adota um modelo de gestão sustentável integrado ao Sicoob Central Crediminas e ao Sicoob Confederação, demonstrando resiliência aos cenários externos e em momentos de crise.

A Cooperativa como participante da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), objetiva fortalecer o cooperativismo em nível global, o que contribui diretamente para que sua administração seja mais sustentável e sólida.

2. OBJETIVO

Determinar diretrizes para a definição de estratégias e direcionar a tomada de decisão do Sicoob União dos Vales e a mensuração de seus impactos, visando manter a rentabilidade do negócio, ressaltar o diferencial competitivo no mercado e estar alinhado aos valores e princípios do cooperativismo.

3. COMITÊ DE RESPONSABILIDADE SOCIAL AMBIENTAL E CLIMÁTICA

O Comitê de Responsabilidade Social Ambiental e Climática - CRSAC da cooperativa possui competências, no que diz respeito à política de sustentabilidade:

propor, avaliar, direcionar, executar e monitorar a sustentabilidade, em nível institucional, promover o alinhamento das práticas de sustentabilidade com o propósito, missão, visão e valores estratégicos da instituição e as metas organizacionais.

Embora a cooperativa já dispusesse de um conjunto de práticas e iniciativas relativas à responsabilidade social e ambiental, a existência do CRSAC vinculado à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração, fortalecem, em termos estratégicos, a governança da instituição para o tema e possibilitam maior agilidade, sistematização e robustez às iniciativas existentes, além de proporcionar uma melhor visão para novas frentes de trabalho.

3.1. Composição

O Comitê de Responsabilidade Social Ambiental e Climática com as prerrogativas e atribuições, será composto por, no mínimo, 4 (quatro) e, no máximo, 6 (seis) membros efetivos, designados pelo Conselho de Administração da Cooperativa, com mandato de 2 (dois) anos, ressalvada a existência de norma em sentido diverso emitida por órgão supervisor do Sistema Financeiro Nacional, sendo obrigatória, ao término de cada período, a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros.

Os membros do CRSAC poderão ser destituídos, antes do término do mandato, por deliberação da Diretoria Executiva ou maioria dos membros do Conselho de Administração.

3.2. Periodicidade

Reuniões ordinárias mensais e extraordinárias sempre que for convocado pelo(a) Coordenador(a) ou por seu substituto, a seu critério, por solicitação da maioria de seus membros, por solicitação da Diretoria Executiva ou pelo Conselho de Administração.

3.3. Principais atribuições

Propor recomendações à Diretoria Executiva e/ou ao Conselho de Administração sobre o estabelecimento e a revisão da Política de Sustentabilidade da Cooperativa;

Avaliar o grau de aderência das ações implementadas à Política de Sustentabilidade e, quando necessário, propor recomendações de aperfeiçoamento;

De modo a cumprir o disposto nas alíneas “1” e “2” acima, propor, avaliar, direcionar, executar e monitorar os trabalhos desenvolvidos na Cooperativa relativos à sustentabilidade e a ações derivadas;

Receber, avaliar e deliberar sobre aprovações ou reprovações de patrocínio para eventos, projetos e/ou parcerias; e

Prestar informações à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração com o objetivo de subsidiar deliberações daquele comitê sobre riscos social e ambiental.

4. DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA COOPERATIVA

A Política de Sustentabilidade do Sicoob União dos Vales estabelece diretrizes claras para o desenvolvimento sustentável, abrangendo aspectos econômicos, sociais e ambientais. A implementação dessas diretrizes gera uma série de impactos que são fundamentais para a cooperativa e suas partes interessadas.

4.1. Conceito sobre Environmental, Social and Governance - ESG

ESG é um conjunto de padrões e boas práticas que visa determinar se uma empresa é socialmente responsável, sustentável e bem gerida. É uma forma de mensurar o desempenho de sustentabilidade de uma organização.

A sigla em inglês sintetiza os três pilares desse movimento: Ambiental, Social, Governança, que são utilizados como critérios para entender se uma empresa possui sustentabilidade empresarial que demonstra expansão na sua visão de análise de negócios além do desempenho financeiro.

Dessa forma, buscamos medir se a empresa é realmente uma alternativa viável de investimentos sustentáveis, capaz e comprometida em gerar impactos econômicos, sociais e ambientais positivos.

Consequentemente, a incorporação dos aspectos Ambientais, Sociais e de Governança à estratégia e ao modelo de negócios das organizações reforça a máxima de que propósito e lucro são indissociáveis.

ESG serve como referência para atestar que a organização está ciente da influência que exerce, do impacto positivo ou negativo e do valor compartilhado que pode gerar por meio de sua atividade diante de todo o seu ecossistema relacional.

4.2. Diretrizes Gerais

- Ter objetivos de desenvolvimento sustentável e o pacto 2030 da ONU como referência no direcionamento das demais diretrizes;
- Aderir e cumprir as determinações dos manuais, regulamentos, normas, ou outros documentos correlatos do Sicoob em todos os níveis hierárquicos, de órgãos reguladores e fiscalizadores do Sistema Financeiro Nacional e Cooperativo;
- Zelar pela adoção de boas práticas visando atender aos interesses e expectativas das partes interessadas, preservando e otimizando o valor econômico de longo prazo da Cooperativa;
- Adotar ferramentas modernas na construção do Planejamento Estratégico e garantir o cumprimento dele;
- Promover a gestão dos diversos riscos inerentes à atividade da cooperativa através de indicadores e parâmetros sistêmicos;
- Rejeitar qualquer prática de corrupção e desenvolver relações pautadas em valores como a transparência, respeito à ética em todos os relacionamentos com as partes interessadas;
- Promover, implementar e disseminar ações de desenvolvimento sustentável (social, econômico e ambiental);
- Buscar a melhoria contínua dos processos, produtos e serviços, no viés da sustentabilidade, atendendo às expectativas dos cooperados, clientes, empregados, fornecedores e demais interessados;
- Monitorar o risco socioambiental através do desenvolvimento contínuo de processos e atividades que garantam a análise criteriosa e não permitam relacionamento com pessoas físicas ou jurídicas associadas a atividades que desrespeitem nossos princípios e compromissos socioambientais aqui apresentados.

4.3. Diretrizes Econômicas

No âmbito econômico, a política incentiva a realização de compras e aquisições de fornecedores locais e cooperativas, promovendo uma economia mais justa e ética. Esse enfoque fortalece a intercooperação e contribui para o desenvolvimento econômico regional. No entanto, pode haver desafios na seleção de fornecedores que atendam aos requisitos de sustentabilidade, o que pode limitar

opções e aumentar custos. Além disso, a busca pela melhoria na rentabilidade dos ativos da cooperativa visa aumentar a competitividade e gerar retornos positivos para as partes interessadas. Contudo, essa estratégia exige investimentos contínuos em práticas sustentáveis, o que pode impactar os lucros a curto prazo. A promoção do uso responsável dos recursos disponíveis também é uma diretriz importante, incentivando o consumo consciente e a eficiência, resultando em economia de custos e redução de desperdícios. A implementação dessas novas práticas pode exigir treinamento e adaptação dos colaboradores, representando um desafio adicional.

- Priorizar por compras/aquisições de fornecedores ou prestadores de serviços, preferencialmente cooperativas, promovendo a intercooperação, de forma justa e ética, que atendam aos parâmetros pré-definidos e que atendam até mesmo a requisitos de sustentabilidade na prática de seus negócios;
- Buscar a melhoria na rentabilidade dos ativos da cooperativa visando a melhoria na competitividade e na geração de retorno positivo para as partes interessadas;
- Promover, estimular, valorizar e apoiar o uso de maneira responsável dos recursos disponíveis e incentivar o consumo consciente;
- Aplicar recursos financeiros de forma transparente, observando indicadores e índices de mercado compatíveis com a natureza do negócio;
- Monitorar constantemente os riscos bem como a mensurar possíveis perdas que possam afetar os negócios.
- Utilizar do Planejamento Orçamentário da Cooperativa para auxiliar na tomada de decisão quanto a utilização e aplicação dos recursos financeiros.

4.4. Diretrizes Sociais

No aspecto social, a política estimula a implementação de projetos sociais que fortalecem a desenvolvimento da comunidade e melhoram a qualidade de vida e o bem-estar dos empregados. Esses projetos dependem de recursos financeiros e humanos para sua execução e manutenção. A promoção da saúde e bem-estar dos empregados é outra diretriz que gera impactos positivos, aumentando a satisfação e produtividade. No entanto, isso requer investimentos em programas específicos. A garantia de acessibilidade nas instalações da cooperativa promove inclusão e igualdade, mas também implica custos associados às adaptações e reformas necessárias. A política também incentiva a prática de voluntariado, que desenvolve a

área de atuação da cooperativa e fortalece o relacionamento com as partes interessadas. Mobilizar e engajar os colaboradores em atividades voluntárias pode ser um desafio. Além disso, a política apoia projetos culturais que promovem o desenvolvimento da comunidade, disponibilizando espaços culturais nas dependências da cooperativa.

- Estimular a implementação de projetos sociais através do Planejamento Estratégico;
- Fortalecer e ampliar práticas internas de promoção da saúde, bem-estar e qualidade de vidas dos empregados;
- Divulgar internamente e para as partes interessadas as práticas, indicadores e metas de sustentabilidade;
- Assegurar que as instalações de todos os pontos de atendimento do Sicoob União dos Vales atendam às condições de acessibilidade, assegurando as adaptações e reformas necessárias às que estiverem fora dos padrões;
- Estimular a prática de voluntariado como forma de desenvolver, direta e indiretamente, a área de atuação;
- Estreitar o relacionamento com as partes interessadas através do recebimento de opiniões, críticas, e sugestões sobre a natureza de seus processos, produtos e serviços, fornecendo os devidos retornos e tratativas;
- Estimular e apoiar projetos culturais que promovam o desenvolvimento da comunidade onde a cooperativa está inserida, disponibilizando um “espaço cultural” (auditório) nas dependências da Cooperativa.

4.5. Diretrizes Ambientais e Climáticas

No âmbito ambiental, a política enfatiza o uso consciente dos recursos naturais, evitando desperdícios e priorizando tecnologias que não agredam o meio ambiente. Essa abordagem reduz o impacto ambiental, embora os investimentos iniciais em tecnologias sustentáveis possam ser elevados. A gestão de resíduos é outro aspecto crucial, promovendo reciclagem e reuso, o que contribui para a redução da poluição. No entanto, é necessário ter uma infraestrutura adequada para a gestão de resíduos. A capacitação e conscientização dos empregados e diretores para se tornarem protagonistas das ações de sustentabilidade da cooperativa é fundamental para formar uma cultura de sustentabilidade. Implementar programas de capacitação e conscientização pode apresentar desafios. A política também inclui a compensação

de carbono, reconhecendo a importância de mitigar as emissões provenientes das operações da cooperativa. A adoção de medidas significativas para compensar essas emissões contribui para a preservação do meio ambiente, embora os custos associados e a necessidade de monitoramento contínuo sejam consideráveis.

- Fazer uso consciente dos recursos naturais, evitando desperdícios e dando prioridade para o uso de tecnologias que não agredam o meio-ambiente;
- Realizar e apoiar atividades de conscientização sobre a importância da redução de desperdícios, gestão de resíduos e de outras práticas sustentáveis;
- Monitorar e tratar os principais impactos das atividades, direta e indiretamente, da prestação do serviço no meio-ambiente;
- Capacitar e conscientizar empregados, conselheiros, e diretores para se tornarem protagonistas das ações de sustentabilidade da cooperativa;
- Elaborar e apoiar projetos de cunho socioambiental, tanto internos como externos.
- Instalar equipamentos de redução de energia e água em todas as instalações da Cooperativa.
- Destinar corretamente, seja para reuso ou reciclagem, os resíduos provenientes dos trabalhos, em especial, papéis, que contendo informação pessoais, bancárias ou que exponha a cooperativa a riscos relacionadas ao LGPD deverão ser fragmentados em categoria de fragmentação nível 5, e posteriormente levado ao centro de triagem/reciclagem mais próximo para compactação e destinação final por estes ou reuso identificado pelo CS indicado nesta política.
- Disponibilização de duas fragmentadoras de nível 5, a primeira no Centro de Documentação - CEDOC, e a segunda à disposição do Centro Administrativo localizada na sala do Marketing e Relacionamento desta forma, todos os contratos e documentos que entrarem nestes ambientes, ao findar a validade deles, terão a sua devida fragmentação e destino.
- Abastecer os veículos da Cooperativa com etanol ou combustível menos poluente.
- Instalar lixeiras para coleta de lixo seco, lixo úmido e orgânico nas dependências da Cooperativa (Centro Administrativo, Matriz e Pontos de Atendimento) em áreas comuns de uso.

4.6. Compensação de Carbono

O Sicoob União dos Vales reconhece a importância de mitigar as emissões de carbono provenientes de suas operações, alinhando-se com os princípios fundamentais de sustentabilidade e responsabilidade ambiental. Diante disso, a cooperativa adotou medidas significativas para compensar suas emissões de carbono, contribuindo assim para a preservação do meio ambiente e para a construção de um futuro mais sustentável.

Ao reafirmar nosso compromisso com a sustentabilidade, compreendemos que a gestão responsável das emissões de carbono é um grande passo para garantir a coerência entre nossas ações e os valores que defendemos.

Realizamos uma avaliação detalhada de nossas atividades, em parceria com a consultoria especializada O'Green. O levantamento identificou um total de 140,62 toneladas de carbono emitidas pelas operações das nossas 38 agências e matriz no ano de 2023. Essa análise cuidadosa permitiu uma compreensão mais precisa do impacto ambiental de nossas atividades.

Em resposta a esses resultados, assumimos a responsabilidade de compensar integralmente as emissões de carbono identificadas. Este compromisso representa um passo adicional em direção à promoção da sustentabilidade e da consciência ambiental em todas as esferas da nossa atuação.

Ao integrar a compensação de carbono em nossa abordagem de sustentabilidade, o Sicoob União dos Vales avança na construção de uma instituição financeira cooperativa verdadeiramente comprometida com a preservação do meio ambiente e a promoção de práticas responsáveis.

5. ABRANGÊNCIA

O conteúdo desta política abrange todas as unidades, pontos de atendimento, cooperados, empregados, parceiros, fornecedores, prestadores de serviços e demais partes interessadas do Sicoob União dos Vales. É responsabilidade de todos cumprir as diretrizes e os princípios desta política e observar sempre o alinhamento destas com os compromissos voluntários assumidos pela cooperativa, na busca da melhoria contínua para o desenvolvimento sustentável. Qualquer prática que contrarie os princípios aqui estabelecidos deve ser reportada ao Conselho de Administração.

6. DIVULGAÇÃO E REVISÃO

A presente política deverá ser disponibilizada para seus públicos via canais eletrônicos. Deverá ser avaliada e revisada, pelas instâncias competentes, pelo menos a cada dois anos, com a participação de partes interessadas ou ocorrerá a qualquer momento, de acordo com necessidades de aprimoramento ou ainda conforme alguma mudança na legislação vigente e deve ser.

7. DISPOSIÇÕES FINAIS

Esta política pode desencadear a criação de outros documentos de gestão, criação de comitês, e até mesmo edição de outras políticas, planos de ação, entre outros que tenham alguma ligação com o desenvolvimento sustentável do Sicoob União dos Vales.

Política de Sustentabilidade atualizada em 28 de maio de 2025:

Raul Soares/MG, 28 de maio de 2025.

EVANILSON DANELON GRILLO
Presidente do Conselho de Administração

HÉLIO PEREIRA SANTIAGO
Vice-presidente do Conselho de
Administração

JULIO MÁRCIO NATALI
Conselheiro de Administração

DANIELA SABINA PINTO LOPES
Conselheira de Administração

FRANCISCO DE ASSIS VENTURA
Conselheiro de Administração

ANEXOS:

REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DE RESPONSABILIDADE SOCIAL AMBIENTAL E CLIMÁTICA

1. OBJETIVOS

- 1.1. O presente Regimento Interno disciplina o funcionamento do Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática do SICOOB União, observadas as decisões do Conselho de Administração do SICOOB União.
- 1.2. O Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática do SICOOB União, denominado “CRSAC”, é órgão de caráter permanente e tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração do SICOOB União no desempenho de suas atribuições relacionadas ao monitoramento da Política de Sustentabilidade do SICOOB União e das ações que dela emanam, em conformidade com as disposições estabelecidas pelos normativos do Conselho Monetário Nacional.

2. ABRANGÊNCIA E ESCOPO

- 2.1. O presente Regulamento aplica-se às atividades do SICOOB União.
- 2.2. O CRSAC terá como escopo a supervisão da Política de Sustentabilidade e das ações realizadas para sua implementação.
- 2.3. O CRSAC responderá e reportará suas atividades à Diretoria Executiva e/ou ao Conselho de Administração.

3. COMITÊ DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA

3.1. Composição

- 3.1.1. O CRSAC, será composto por, no mínimo, 4 (quatro) e, no máximo, 6 (seis) membros efetivos, designados pelo Conselho de Administração do SICOOB União, com mandato unificado de 2 (dois) anos, ressalvada a existência de norma em sentido diverso emitida por órgão supervisor do

Sistema Financeiro Nacional, sendo obrigatória, ao término de cada período, a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros.

3.1.1.1. Os membros do CRSAC poderão ser destituídos, antes do término do mandato, por deliberação da maioria dos membros do Conselho de Administração do SICOOB União.

3.1.1.2. Os membros do CRSAC poderão ser investidos em seus cargos independentemente da assinatura do termo de posse, desde a data da respectiva designação.

3.1.2. O CRSAC poderá ser composto por integrantes do Conselho de Administração e/ou Fiscal, por Diretores Executivos ou por empregados do SICOOB União.

3.1.3. Além das hipóteses de morte, renúncia ou destituição pelo Conselho de Administração, será considerado vago o cargo de membro do CRSAC que deixar de comparecer, sem causa formalmente justificada, a 2 (duas) reuniões consecutivas ou 3 (três) intercaladas, nas últimas 12 (doze) reuniões, no intervalo de um ano, salvo motivo de força maior ou caso fortuito.

3.1.3.1. No caso de vacância, o Conselho de Administração nomeará substituto que completará o mandato de seu antecessor.

3.1.4. É indelegável a função de integrante do CRSAC, sendo vedada a existência de membro suplente.

3.1.5. Atingido o limite de reconduções previstas no item 3.1.1, o retorno de membro do CRSAC só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a um mandato.

3.2. Coordenação

3.2.1. O(A) Coordenador(a) do CRSAC, bem como seu substituto, serão designados pelo Conselho de Administração do SICOOB União.

3.2.1.1. A Coordenação do CRSAC terá as atribuições descritas no item 4.2.

3.3. Funcionamento e Procedimentos

3.3.1. As reuniões do CRSAC serão, ordinariamente, a cada mês do ano civil, mediante convocação com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, e, extraordinariamente, sempre que for convocado pelo(a) Coordenador(a) ou

por seu substituto, a seu critério, por solicitação da maioria de seus membros, ou pelo Conselho de Administração.

3.3.2. O CRSAC poderá emitir recomendações de acordo com o voto da maioria dos seus membros, devendo estar presente a maioria simples dos seus membros, e cabendo ao(à) Coordenador(a) ou seu substituto o eventual voto de desempate, sendo admitidos como presentes os membros que participarem por vídeoconferência ou outros meios eletrônicos que possam assegurar a participação efetiva e autenticidade de sua manifestação, que será incorporada à ata da referida reunião.

3.3.2.1. As atas deverão ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive das dissidências, e conterão a transcrição apenas das matérias discutidas e das respectivas recomendações.

3.3.2.2. As atas das reuniões do CRSAC deverão ser encaminhadas ao Conselho de Administração, após lidas, aprovadas e assinadas pelos presentes, e arquivadas no Centro de Documentação - CEDOC.

3.3.2.3. O CRSAC deverá encaminhar, anualmente, para fins de prestação de contas, sumário das atividades desempenhadas ao Conselho de Administração, destacando as recomendações pertinentes às matérias elencadas no item 4.1 deste Regimento.

3.3.2.4. Os membros do CRSAC poderão consignar na ata de reunião suas observações e recomendações relativas aos assuntos tratados no Comitê.

3.3.2.5. A eventual divulgação de atas de reuniões do CRSAC observará o disposto nas normas sobre segurança da informação.

3.3.3. Para serem incluídas na pauta, as matérias deverão ser encaminhadas (a)ao Coordenador(a), até 7 (sete) dias úteis antes da data da reunião.

3.3.4. A pauta e o respectivo material serão encaminhados aos membros do CRSAC com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data da reunião.

3.3.5. De cada reunião do CRSAC, será lavrada ata, que será assinada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, por todos os membros presentes.

3.3.6. Os membros do CRSAC poderão ser solicitados a comparecer a reuniões do Conselho de Administração para prestar esclarecimentos sobre as opiniões e recomendações que tiverem emitido.

3.3.7. O CRSAC poderá convidar para participar de suas reuniões, sem direito a voto, membros da Diretoria Executiva ou do Conselho de Administração e/ou Fiscal ou empregados que detenham informações relevantes ou cujos assuntos constantes da pauta sejam relacionados a sua área de atuação.

3.3.8. Membros da comunidade civil poderão participar de reuniões extraordinárias, sem direito a voto, caso detenham informações relevantes ou cujos assuntos constantes em pauta sejam de seus conhecimentos.

3.4. Reuniões

3.4.1. As atas de reuniões têm por finalidade registrar os reportes, as recomendações, as demandas e demais assuntos tratados pelo CRSAC.

3.4.2. As atas de reuniões serão assinadas pelos membros presentes, registrando os ausentes, bem como a participação extraordinária dos convidados às reuniões do Comitê.

3.4.3. As atas devem estar disponíveis para atendimento às demandas da Administração, Auditorias (interna e externa) e Órgãos Reguladores.

4. Papéis e Responsabilidades

4.1. São atribuições do CRSAC:

- a) propor recomendações ao Conselho de Administração sobre o estabelecimento e a revisão da Política de Sustentabilidade do SICOOB União;
- b) avaliar o grau de aderência das ações implementadas pelo SICOOB União à Política de Sustentabilidade e, quando necessário, propor recomendações de aperfeiçoamento;
- c) de modo a cumprir o disposto nas alíneas “a” e “b” acima, supervisionar os trabalhos desenvolvidos no SICOOB União relativos à sustentabilidade e a ações derivadas desta política;

- d) prestar informações à Diretoria de Risco e aos Controles Internos com o objetivo de subsidiar deliberações daqueles sobre riscos social, ambiental e climático, observado o disposto no item 4.5; e
- e) manter registros das recomendações de que tratam as alíneas “a” e “b”.

4.2. São responsabilidades do(a) Coordenador(a) do CRSAC:

- a) convocar e presidir as reuniões do Comitê;
- b) aprovar as pautas e agendas das reuniões;
- c) autorizar a apreciação de matérias não incluídas na pauta de reunião;
- d) encaminhar ao Conselho de Administração, ao Diretor de Risco e/ou ao Controles Internos e, Diretoria Executiva, as análises e recomendações elaboradas no âmbito do CRSAC;
- e) propor normas complementares necessárias à atuação do CRSAC;
- f) cumprir e fazer cumprir as normas deste Regimento; e
- g) praticar outros atos de natureza técnica ou administrativa necessários ao exercício de suas funções.

4.3. São deveres e responsabilidades dos membros do CRSAC:

- a) cumprir e fazer cumprir este Regimento Interno, o Pacto de Ética do SICOOB e as demais normas aplicáveis, externas ou internas;
- b) manter postura imparcial e ética no desempenho de suas atividades, além de exercer as funções respeitando os deveres de lealdade e diligência;
- c) guardar sigilo das informações, quando for o caso;
- d) opinar e prestar esclarecimentos ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva, quando solicitado; e
- e) participar de treinamentos periódicos sobre o Pacto de Ética do SICOOB, sobre as políticas de gestão de riscos e demais temas relacionados às suas atividades.

5. Remuneração

- 5.1. Os membros do CRSAC que sejam empregados ou administradores do SICOOB União não receberão remuneração adicional pela participação no CRSAC.

6. Suporte

- 6.1. O SICOOB União deve prover todos os recursos necessários ao funcionamento do CRSAC, incluindo a disponibilização de pessoal interno, para assessorar a condução dos trabalhos e secretariar as reuniões.
- 6.2. O CRSAC, a pedido de qualquer de seus membros, poderá solicitar aos órgãos de administração do SICOOB União e seus Pontos de Atendimento - PA esclarecimentos ou informações necessárias ao desempenho de suas funções.

7. Disposições Gerais

- 7.1. Havendo quaisquer modificações da estrutura organizacional do SICOOB União, ou a atualização de normativos, o presente Regimento permanecerá em vigor, adequando-se a sua aplicação às novas normas da organização interna.
- 7.2. Os casos omissos relativos a este Regimento serão submetidos à apreciação do Conselho de Administração do SICOOB União, com observância à legislação pertinente e às normas estatutárias.
- 7.3. Este Regimento Interno poderá ser alterado pelo Conselho de Administração do SICOOB União.
- 7.4. Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho de Administração do SICOOB União e deverá ser revisado, no máximo, a cada 2 (dois) anos.